

# **O PROGRAMA JUVENTUDE COOPERATIVISTA E SUA RELAÇÃO VOLTADA A SUCESSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR**

**Karina Kestring<sup>1</sup>**  
**Daniela Silveira Daniel<sup>2</sup>**  
**Afonso Cavalheiro Neto<sup>3</sup>**

## **RESUMO**

Quando se fala de jovens que vivem no meio rural, o enfoque principal é no motivo que os levaram a sair do campo e mais importante ainda, é o fato de que para a agricultura familiar ter continuidade é necessário que haja a sucessão rural na propriedade. Diante do exposto, o objetivo deste artigo se volta a questão da caracterização e percepção dos jovens participantes do Programa Juventude Cooperativista, abrangendo o município de São Miguel do Iguazu - PR e região, quanto a permanência ou saída do campo, bem como um olhar para este programa, pautado principalmente na temática da sucessão e realizado a partir da visão da gestora. A coleta de dados se deu em dois momentos, com um questionário aberto destinado a gestora e um questionário semi-estruturado voltado aos jovens do Programa. Concluiu-se que partindo da percepção da gestora grande parte dos participantes já estavam colocando em prática o que estavam aprendendo no curso, e que grande parte dos mesmos demonstraram interesse em continuar no campo e suceder as atividades na propriedade dos pais.

**Palavras-chave:** jovens, unidade familiar, rural.

## **1. INTRODUÇÃO**

O Brasil é considerado um país essencialmente agrícola, onde muito de sua economia provém da agricultura. Segundo o IBGE, no ano de 2016 foram produzidos 184 milhões toneladas de cereais, oleaginosas e leguminosas. Em contrapartida a este fato, observa-se que a população rural, responsável por este resultado de produção, vem aparecendo cada vez em um número menor (IBGE, 2017).

Em 1950, a população rural era de 63,8%, enquanto no último censo demográfico realizado (2010) este percentual diminuiu para 15,6% (IBGE, 2011). Tal fato, pode ser oriundo da socialização dos jovens através do maior nível de escolaridade, das invenções tecnológicas que levaram à mecanização e da diminuição da necessidade de mão de obra, bem como a situação financeira da família (CARNEIRO e CASTRO, 2007).

Partindo desta ideia, encontramos na agricultura familiar, o modelo responsável pela produção da maior parte dos alimentos consumidos e sobretudo, e o que mais se aproxima do atendimento às dimensões de desenvolvimento sustentável (SACHS, 2001; BRASIL, 2009).

A agricultura familiar é caracterizada por Schneider (2014), como um modo de produção baseado na combinação entre trabalho e gestão da propriedade. A família é quem dirige o processo produtivo, baseado na mão de obra prioritariamente familiar e atrelado a diversificação da unidade produtiva, onde as futuras gerações são essenciais (SCHNEIDER, 2014).

No estabelecimento agrícola, a juventude está vinculada ao mesmo por meio do trabalho familiar, principalmente quando se trata de agricultura familiar, ao passo que, caracteriza-se pela unidade de produção agrícola no qual o trabalho bem como a propriedade estão estritamente ligados a família (LAMARCHE, 1993; ABRAMOVAY, 1992).

Diante do exposto, é nítida a importância da juventude e da sucessão rural nas propriedades rurais, sobretudo de caráter familiar. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho, volta-se a questão da caracterização e percepção dos jovens participantes do Programa Juventude Cooperativista, abrangendo o município de São Miguel do Iguaçu - PR e região, quanto a permanência ou saída do campo, bem como um olhar para este programa, pautado principalmente na temática da sucessão e realizado a partir da visão de seus gestores.

## **2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **2.1 AGRICULTURA FAMILIAR**

A agricultura familiar é entendida genericamente como aquela que ao mesmo tempo é dona dos meios de produção e também responsável pelo estabelecimento produtivo, dessa maneira, o pilar família-produção-trabalho na cadeia produtiva tem um papel fundamental na forma de agir econômica e socialmente. No entanto, a agricultura familiar deve ser considerada uma forma social de agricultura (WANDERLEY, 1996) que contém nela mesma toda a diversidade (LAMARCHE, 1993 apud WANDERLEY, 1996).

De acordo com Abramovay (1998) a agricultura familiar pode ser entendida como:

aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1998, p.10).

No Brasil, o setor de agricultura familiar tem representado a grande parte dos estabelecimentos rurais, sendo uma gestão de propriedade compartilhada pela família e sua principal fonte de renda é a atividade produtiva agropecuária (FRANÇA et al., 2009).

Segundo a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), a agricultura familiar detém 84,4% dos estabelecimentos rurais sendo responsável por R\$ 54 bilhões do valor bruto da produção, portanto ela possui importância econômica vinculada ao mercado interno e ao controle inflacionário relativo aos alimentos consumidos pelos brasileiros (BRASIL, 2009).

A agricultura familiar tem papel fundamental na produção de alimentos, e não cabe analisar a mesma de forma a pensar que tenha insignificância nesse processo. Além disso, não pode-se mais considerar que pequenos produtores vivem na pobreza, no atraso ou até mesmo que estejam sujeitos a extinção, muito pelo contrário, os agricultores familiares têm papel tão importante, que certamente serão atores protagonistas no enfrentamento de algumas situações mais urgentes que a humanidade enfrentará, previstos até mesmo pela Organização das Nações Unidas (ONU) nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (SCHNEIDER, 2016).

Os agricultores familiares, de maneira geral pertencem a uma categoria que no âmbito social é considerada diversa e no econômico heterogênea. A maneira em que o trabalho é organizado e realizado acontece de forma diferenciada das demais categorias, pois para que a produção possa ocorrer e até mesmo se reproduzir é necessário encarar diferentes estratégias de sobrevivência agrícolas e muitas vezes não agrícolas, levando em consideração o contexto econômico (recursos) e o social no qual estão inseridos (SCHNEIDER, 2016).

Para Schneider (2016), a contribuição da agricultura familiar não é só econômica, visto que:

No que concerne aos aspectos sociais e demográficos, a agricultura familiar contribuiu de modo decisivo para a manutenção das famílias no meio rural. As comunidades rurais em que se verifica a presença da agricultura familiar possuem vida social ativa, que, muitas vezes, reflete-se em dinâmicas locais virtuosas. A agricultura familiar também é importante para as mulheres e os jovens, pois o acesso à terra e aos ativos produtivos são recursos fundamentais para garantia de seus meios de vida nos casos em que os homens migram para trabalhar fora da agricultura (SCHNEIDER, 2016, pag. 16 e 17).

No que se diz respeito a agricultura familiar, que com o passar dos anos, sofreu inúmeras transformações, está se desvinculou de uma agricultura conservacionista, que muitas vezes não era sustentável, para uma onde a pluriatividade é a principal palavra para descrever uma propriedade. A pluriatividade nada mais é do que desenvolver múltiplas fontes de renda, desde atividades que estão voltadas para a parte agrícola como para as não agrícolas (SILVESTRE, 2017).

A pluriatividade é um fenômeno de cunho social e econômico presente nas diferentes localidades que compõem a estrutura agrária e esta pode ser definida como o exercício de diferentes atividades que os membros da família que vivem no meio rural podem exercer, compreendendo as atividades não-agrícolas, porém necessariamente deve-se manter o laço com o campo, mantendo moradia e ligação com a agricultura e a vida no espaço rural (SCHNEIDER, 2003).

De acordo com Sachs (2001), a agricultura familiar é imprescindível para um desenvolvimento rural sustentável, pois:

(...) os agricultores familiares, afiguram-se como protagonistas importantes da transição à economia sustentável, já que, ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, eles desempenham a função de guardiões da paisagem e conservadores da biodiversidade. A agricultura familiar constitui assim a melhor forma de ocupação do território, respondendo a critérios sociais (geração de auto-emprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos) e ambientais. Além de que, nas condições brasileiras, nas quais, como já mencionamos um décimo da população passa ainda fome, a meta da segurança alimentar continua bem atual (SACHS, 2001 p. 78).

Face ao exposto, é possível enfatizar a significativa contribuição das propriedades familiares para o desenvolvimento. Por outro lado, várias barreiras, enfrentamentos e/ou dificuldades ainda acometem de forma incisiva essa categorial social da agricultura. Dentre estas, uma torna-se principalmente a partir da década de

80 enfática e preocupante. Trata-se da sucessão familiar. Os motivos pelo qual a propriedade necessita de um sucessor são diversos, porém muitos dos possíveis sucessores já não querem mais trabalhar com a terra, assim como também existem outros motivos que fazem com que principalmente os jovens saiam da propriedade e anseiem diferentes condições de vida nas cidades.

## 2.2 JUVENTUDE E SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Com o avanço da globalização ocorreram muitas mudanças, como afirma Spanevello (2008, p. 18) “mudanças estruturais, econômicas, sociais, política e culturais, trazidas no bojo do capitalismo para a fase da globalização, de profundas mudanças no mercado de trabalho e do sistema de comunicações”. Tais mudanças afetaram também a juventude rural, onde podemos destacar dois pontos: a tendência migratória dos jovens, justificada por uma visão pessimista do trabalho rural e a dificuldade que encontram no processo de transferência da propriedade para a geração mais jovem (BRUMER, 2000).

A sucessão rural, anterior à década de 1970, visava de maiores possibilidades e de forma mais garantida por estar com as características familiares mais enraizadas, onde os mais novos aprendiam o trabalho com os mais velhos, assimilava os valores e os costumes, mas também da sua proximidade geográfica, econômica e social que havia com as cidades (SPANEVERELLO, 2008).

A região sul apresenta uma forte influência da agricultura familiar, apresentando um aumento nas taxas de fecundidade nas décadas anteriores, o que reduziu a probabilidade de os filhos seguirem na profissão dos pais, devido às dificuldades para se expandir novas fronteiras agrícolas na região, onde a região Norte passou a representar o que a região Sul foi para os pais e avós de alguns novos agricultores, quando vieram do Rio Grande do Sul (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

O processo de transformação tecnológica, acompanhado da globalização impulsionou os agricultores a se inserirem na forma capitalista de produzir, onde os quais precisam assumir mais tarefas com grandes responsabilidades, tomadas de decisões mediante a situações de mercados internacionais (SPANEVERELLO, 2011). Assim como afirma Brumer (2000) em seus trabalhos, que devido a modernização da

agricultura os proprietários adquirem novos conhecimentos, o trabalho é mais complexo, passam a utilizar equipamentos sofisticados, que acabam por diminuir a necessidade de mão de obra na propriedade.

As novas formas de se trabalhar na agricultura oriundas da modernização, afetam a sucessão de forma diferenciada conforme o grau de inserção na economia, tamanho da propriedade, capacidade de produção, organização do trabalho, relação dos pais com os filhos e também o modo de vida. Esses fatores somados ao chamado processo de individualização altera algumas questões referentes a sucessão, que pode ser bem-sucedida, conforme algumas condições que a família e a propriedade se encontram (SPANVELLO, 2008).

Na agricultura familiar é o pai quem determina quem será o sucessor e o momento que este poderá tomar as decisões e assumir as responsabilidades da unidade produtiva, sendo muitas vezes influenciada pela capacidade e disposição de trabalho do pai do que as do futuro sucessor ou ainda voltada para as questões financeiras da propriedade (ABRAMOVAY, 2000).

Os jovens que estão inseridos em uma propriedade de agricultura familiar, são membros de uma unidade familiar agrícola, onde o pai é de maneira geral quem toma as decisões e os filhos desde pequenos são instruídos de quais e como devem desenvolver algumas atividades, onde muitas vezes esse trabalho é voltado somente para os meninos e as moças ficam auxiliando a mãe no serviço doméstico (MARIM e FROEHLICH, 2019).

Os jovens rurais visam a diversidade das atividades da propriedade, buscando não trabalhar somente com as atividades primárias, mas também agregando valor aos produtos, processos e também a propriedade, conquistando assim uma autonomia financeira e a gestão da unidade familiar. O meio rural pode trazer ao jovem hoje, uma forma de realizar seus projetos de vida que vão além da produção agrícola (MARIM e FROEHLICH, 2019).

Uma das dificuldades encontradas por Brumer (2000), no Brasil para a sucessão rural é a questão de o pai não poder passar a terra para o filho enquanto ainda vivo, fazendo com que a demora para conseguirem, gera uma baixa expectativa entre o projeto de se instalar como agricultores e conseguirem uma efetiva realização pessoal.

A divisão da propriedade entre dois ou mais irmãos, quando voltada para a agricultura familiar, muitas vezes se torna inviável economicamente, por

apresentarem um pequeno tamanho de área (ABRAMOVAY, 2000). É a partir do momento que o jovem possa arrumar um emprego, onde na maioria das vezes é no meio urbano, no qual começa a se desvincular da propriedade, somando com o fato de que o jovem em certo momento deseja ter sua autonomia financeira (BRUMER, 2000).

Despertando-se para encontrar caminhos ou alternativas que minimizem os problemas da sucessão rural e incentivem os jovens a permanecerem no campo trabalhando nas propriedades familiares, começam a surgir vários movimentos de diferentes entidades, instituições e também políticas públicas que abrangem com este público. Iniciativas, em especial neste sentido, surgem a partir das cooperativas buscando trabalhar com jovens associados ou filhos de associados diferentes temáticas que desenvolvam os espíritos de lideranças e de valorização da agricultura.

### 2.3 PROGRAMA JUVENTUDE COOPERATIVISTA

O Programa é uma iniciativa da Cooperativa de Crédito Cresol, juntamente com outras Organizações da Agricultura Familiar e Economia Solidária do estado do Paraná. A fundamentação principal do Programa é o desenvolvimento de estratégias para a promoção do desenvolvimento rural com sustentabilidade, fortalecendo assim a sucessão familiar e a integração de políticas para agregação de valor (CRESOL, 2019).

O público alvo para o programa está entre a faixa etária de 16 e 29 anos, filhos e filhas de agricultores familiares, incentivando assim os jovens a permanecerem na propriedade, mostrando outras formas de renda, qualificação profissional e formando líderes. Com duração de dois anos, o programa possui 14 etapas e duração de 224 horas, abrange na atualidade as Regiões Sudoeste, Fronteira, Cataratas e Metropolitana, que são regiões que a Cresol trabalha, sendo que todas estão dentro dos limites do estado do Paraná. O Programa começou em 2019, com duração de 2 anos e está atualmente com as suas primeiras turmas em andamento, abrangendo 5 municípios da região de São Miguel do Iguaçu e aproximadamente 150 jovens (CRESOL, 2019).

A execução se dá com ações contínuas e complementares de formação social, produtiva, comercial e econômica, que são implementadas pelas cooperativas

parceiras ao programa. De forma interativa e complementar busca dar força e empoderar os jovens dentro da unidade familiar e ampliar assim sua participação social (CRESOL, 2019).

Existem quatro eixos centrais (1 – História da agricultura e suas políticas agrícolas e agrárias; 2 – Geração de renda e agregação de valor; 3 – Gestão da unidade produtiva familiar; 4 – Organização social e econômica) com temas pré definidos e temas transversais como o debate de 1 - políticas públicas, 2 - conjuntura do sistema agrícola e pecuário brasileiro, 3 - educação, 4 - relações sociais e produtivas, econômicas e cooperativismo solidário (CRESOL, 2019).

O Programa ainda conta com acompanhamento técnico, buscando mostrar a realidade das unidades de produção e ajudar os jovens a construir seus projetos de vida e ainda efetuar ações locais, regionais e estaduais, levando isso para novos participantes, no qual possam ser ajudados a implantar e financiar projetos sustentáveis e deem continuidade aos processos gerados no Programa (CRESOL, 2019).

### **3. METODOLOGIA**

A presente pesquisa assume uma abordagem de caráter quali-quantitativo, que segundo Martins (2012), nessa classificação complementam-se as concepções metodológicas, permitindo que de maneira combinada possa ser entendido melhor os problemas pesquisados do que de maneira isolada de cada abordagem. Dessa forma, se obtém a vantagem que é possível uma abordagem amenizar a desvantagem da outra e vice versa, sendo considerado um ponto muito positivo que visa fortalecê-las.

Em relação à natureza se é caracterizada como aplicada. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), uma pesquisa aplicada envolve verdades e interesses locais, tendo como objetivo produzir conhecimentos de aplicação prática para solucionar problemas específicos.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. Para Hair Jr. et al, (2005), a pesquisa exploratória é aquela realizada para descobrir e é utilizada para gerar melhor compreensão sobre o assunto.

Quanto a pesquisa descritiva, segundo Prodanov e Freitas (2013), tem como características observar, registrar, analisar e ordenar os dados, de maneira que não



haja qualquer interferência e/ou manipulação por parte do pesquisador. Busca-se encontrar sua natureza, características, causas, além de procurar descobrir com que frequência determinado fato ocorre, suas relações com outros fatos. “Assim, para coletar tais dados, utiliza-se de técnicas específicas, dentre as quais se destacam a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e a observação” (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Já, em relação aos procedimentos técnicos adotados, realizou-se primeiramente a revisão de literatura, que consiste em consultar a literatura já estudada. Posteriormente, o trabalho foi configurado sob a forma de estudo de caso, que se trata de “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32).

Quanto ao universo da pesquisa, o Programa abrange 5 municípios da região de São Miguel do Iguaçu, com um total de 30 jovens participando do programa, sendo que somente 15 estavam presente no dia da pesquisa que compreendia o último encontro do eixo 2 (Figura 1) que foi realizado nos dias 30 e 31 de outubro, devido as intempéries do tempo que atrasaram os plantios e nos dias programados (08 e 09 de outubro) os jovens estavam auxiliando nas propriedades.

Os dados foram coletados em dois momentos. Primeiramente, no dia 25 de outubro de 2019, foi aplicado um questionário aberto voltado a gestora do Programa na unidade, afim de conhecer melhor o mesmo e diagnosticar algumas percepções do ponto de vista da gestora.

Posteriormente, no dia 31 outubro de 2019, durante um dos módulos que compreende o curso, foram aplicados aos jovens participantes do Programa Juventude Cooperativista, desenvolvido pela Cresol no município de São Miguel do Iguaçu - PR, abrangendo jovens oriundos da agricultura familiar do local e da região, um questionário semi-estruturado, contendo questões voltadas a caracterização do público estudado e à temática da juventude e sucessão rural.

A sistematização de dados realizou-se com programa IBM – SPSS e também com o auxílio do programa Microsoft Excel e foram utilizados figuras e quadros para visualização dos resultados obtidos e estes foram comparados com a bibliografia consultada.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados estão apresentados em dois momentos distintos, sendo o primeiro deles referente às respostas descritas pela gestora do programa no município e o segundo momento os dados resultantes dos questionários aplicados aos jovens participantes

### **4.1 GESTORA DO PROGRAMA JUVENTUDE COOPERATIVISTA**

Foram realizados diversos questionamentos para a gestora do programa, dentre eles foi sobre a quantidade de alunos que estavam participando e a faixa etária dos mesmos, tendo como resposta 30 alunos entre 14 a 29 anos. Para poderem participar do projeto, os jovens deveriam ser cooperados da Cooperativa Cresol Costa Oeste ou potenciais, ou ainda filhos de cooperados, visando o trabalho para a temática da sucessão familiar. Para uma escolha mais assertiva, foi considerado o envolvimento de colaboradores e gerentes de Agência e utilizou-se ainda critérios que viabilizassem a inclusão do jovem com predisposição e condições pessoais para implantar projetos inovadores de produção e vida familiar.

O currículo do curso foi baseado na realidade que os alunos vivem, bem como com a interação com a comunidade, fundamentada em quatro eixos centrais, conforme a Figura 1. Alguns temas são geradores e transversais e foram elencados através de pesquisa participativa realizada com os jovens na primeira fase do programa, podendo serem modificados conforme a dinâmica das ações executadas. Desta forma, o programa busca em todos os módulos trabalhar a sucessão rural e ainda mostrar ao jovens que é possível ter qualidade de vida trabalhando no campo.

### Data da Realização das Atividades:

Módulo	Data
Eixo I – História da Agricultura e suas Políticas Agrícolas e Agrárias.	1º - 07 e 08/03/2019
Eixo II – Geração de Renda e Agregação de Valor.	2º - 10 e 11/04/2019
	3º - 08 e 09/05/2019
	4º - 12 e 13/06/2019
	5º - 10 e 11/07/2019
	6º - 14 e 15/08/2019
	7º - 11 e 12/09/2019
Eixo III – Gestão da Unidade Produtiva Familiar.	8º - 08 e 09/10/2019
	9º - 13 e 14/11/2019
	10º - 11 e 12/12/2019
Eixo IV – Organização Social e Econômica.	11º - 08 e 09/01/2020
	12º - 12 e 13/02/2020
	13º - 11 e 12/03/2020
	14º - 15 e 16/04/2020

**Figura 1:** Eixos centrais das atividades a serem exercidas pelo curso, juntamente com a data das aulas.

**Fonte:** Gestora da Cresol, responsável pelo curso no município de São Miguel do Iguçu, PR.

Quando a gestora foi questionada, se no decorrer do planejamento do curso houve uma preocupação com a questão da sucessão rural, a resposta apontou que desde o início está foi uma das principais preocupação, principalmente pelo processo de modernização que o campo vem sofrendo, conforme relato abaixo:

“Esse processo impõe ao jovem um modelo tradicional de produção, que incorpora as exigências do mundo moderno, gera muitas responsabilidades na Unidade Familiar, provocando a necessidade de inovação nas atividades culturais, políticas, sociais, produtivas e econômicas. Desta forma, é preciso construir estratégias que permitam fortalecer este quadro, ampliando as condições para maior permanência destes jovens no campo” (Gestora do Programa, 2019).

Em relação a percepção de resultados positivos oriundos do Programa até a data da pesquisa, segundo a gestora 70% dos alunos já estavam colocando os seus aprendizados obtidos no curso em prática.

Em muitos trabalhos científicos que tratam o assunto da sucessão rural, fica evidente que cada vez mais os jovens estão saindo e muitas vezes as empresas voltadas para o ramo da agricultura não percebe está evasão e não trabalham com a questão da sucessão. A Cooperativa Cresol percebeu essa necessidade de trabalhar

os jovens, informá-los sobre como podem aumentar a renda na sua propriedade, mostrando que em pequenas áreas é possível viver mais de uma família.

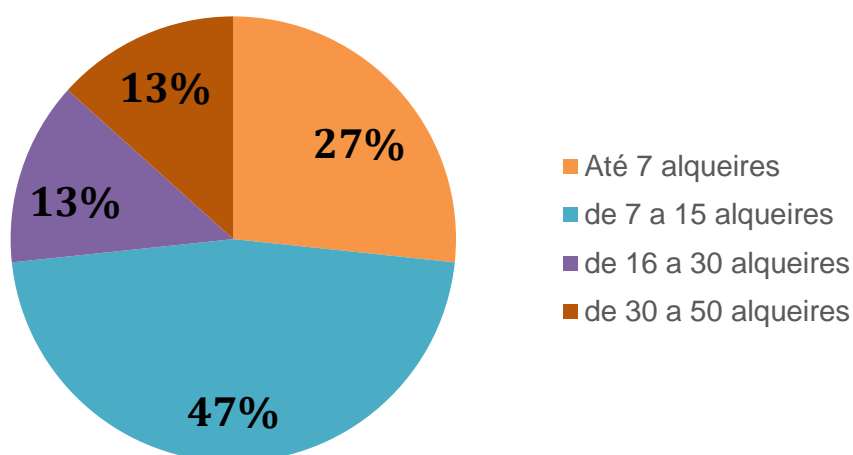
Um dos princípios das cooperativas é promover a educação e formação dos seus integrantes, para que eles possam contribuir de forma eficaz e assim auxiliarem no desenvolvimento da cooperativa, de forma geral informam os jovens e os líderes de opiniões sobre a natureza e as vantagens da cooperação. Por meio de políticas aprovadas pelos seus membros, as cooperativas trabalham em prol para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades, garantindo assim interesse pela comunidade (CARDOSO, 2014).

#### 4.2 JOVENS PARTICIPANTES DO PROGRAMA

Do total dos jovens participantes, 10 eram do gênero masculino e as outras 5 do gênero feminino. Vale destacar ainda, que 12 deles não tem trabalho fora da propriedade, evidenciando que os jovens querem continuar a trabalhar na propriedade.

Quanto a escolaridade destes jovens, 53,3% apresentam o ensino superior incompleto, 20% superior completo, 20% ensino médio completo e os últimos 6,7% apresentam o ensino médio incompleto. Evidenciando que a grande maioria dos jovens estão tendo acesso à educação e até mesmo ainda permanecem estudando.

Em relação a área que as propriedades apresentam, estas estão expostas na Figura 2, ficando evidente que a maioria das propriedades são de agricultura familiar, que é o público alvo da Cooperativa Cresol.



**Figura 2:** Área das propriedades dos jovens do programa Juventude Cooperativista Liderança, da Cresol Costa Oeste.

**Fonte:** Os autores, 2019.

As propriedades apresentam uma distância média de 10,5 km da cidade mais próxima, sendo que a propriedade mais longe fica a 20 km e a com menor distância fica a 2,5 km.

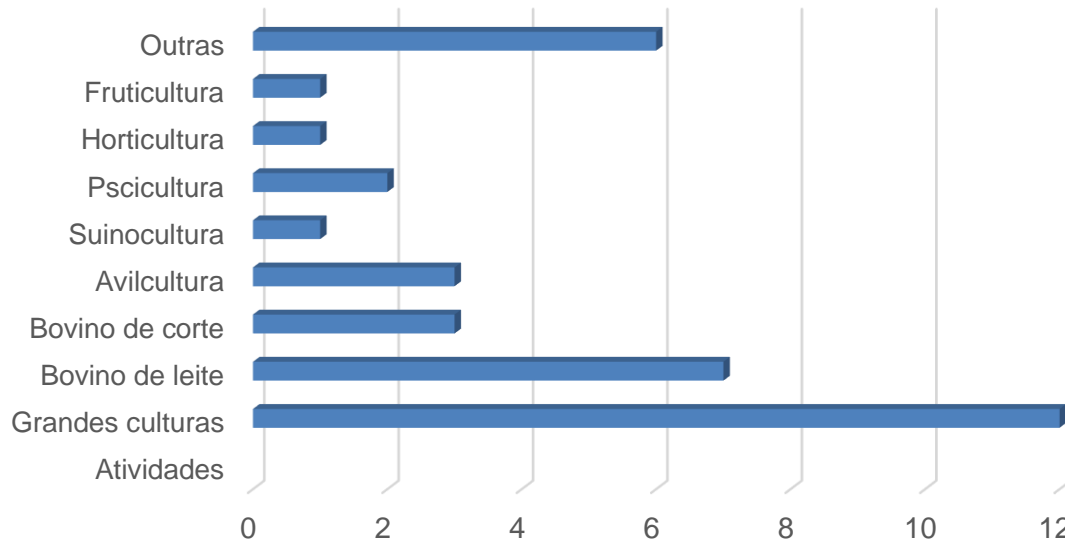
Quando questionados, sobre a vontade de permanecer no campo ou não, 86,7% dos jovens afirmaram que querem continuar. E ainda, em relação a ajudarem nas atividades que são desenvolvidas na propriedade, 93,3% auxiliam suas famílias. O mesmo se verifica quanto a continuidade nas atividades desenvolvidas pelos pais na propriedade, sendo que 93,3% querem dar sucessão.

Esses resultados mostram a vontade que os jovens tem de permanecer, mas eles não são obrigados, devem seguir se realmente apresentam aptidão ao trabalho. Percebendo esta demanda é necessário que se trabalhe com alternativas para que esses jovens tenham condições de continuar e que tenham maior facilidade no trabalho do que seus pais e avós tiveram.

Silva et al., (2011), realizou um trabalho na região oeste do Paraná, no qual obteve resultados em que metade dos jovens veem mais vantagem de trabalhar na cidade do que no campo, não sendo compatível com o que foi encontrado neste estudo.

As propriedades destes jovens apresentam na sua maioria o cultivo de grandes culturas (consideradas para este estudo a cultura da soja, do milho e a do fumo), conforme a Figura 3. Mesmo algumas propriedades apresentando mais de uma atividade, muitas vezes elas estão relacionadas com atividade de integração com

cooperativas e frigoríficos, fazendo com que a renda seja muito dependente das empresas da região. Mas também existem aquelas que fazem a venda direta de alguns produtos produzidos, como é o caso de feno em algumas propriedades, aumentando a renda do produtor e consecutivamente mostrando ao jovens que a propriedade é um local onde se pode viver bem e feliz.

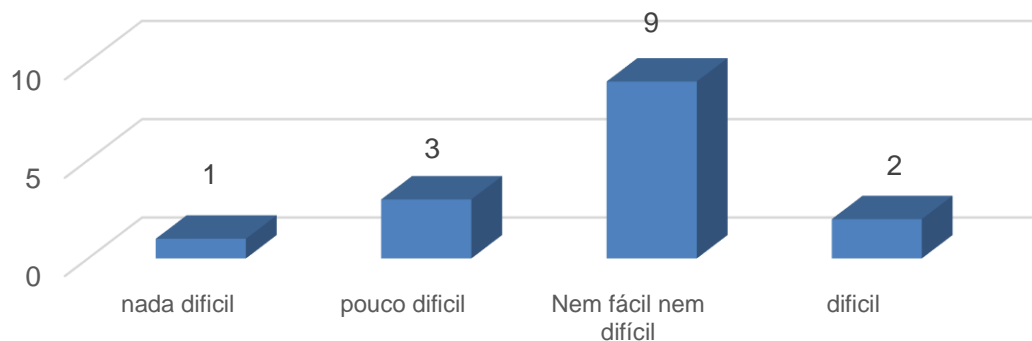


**Figura 3:** Atividades desenvolvidas nas propriedades dos jovens estudados.

**Fonte:** Os autores, 2019.

Num estudo no município de Catalão (GO), Silva e Hespanhol (2016) apontaram como estratégias para a reprodução social da agricultura familiar a diversificação da propriedade, produção para o consumo, participação em feiras livres e ainda a utilização de políticas públicas como o Pronaf e o Pnae, adquirindo uma maior independência de mercado, maior agregação de valor aos produtos além de melhores condições de vida, manter a propriedade ativa.

Segundo a percepção dos jovens do Programa Juventude Cooperativista, grande parte deles “não acham fácil e nem difícil” continuar na vida no campo, como mostra a Figura 4. De acordo com os mesmos, essa opção foi a escolhida devido a alguns fatores, dentre eles: o trabalho árduo no campo, necessidade de uma grande e boa administração, tecnologia e técnicos para auxiliar os produtores, a falta de interesse dos próprios jovens, falta de incentivos do governo, desvalorização dos produtos produzidos, alto valor dos insumos, grande carga horária de trabalho principalmente por trabalhar de segunda a segunda, altos investimentos com retorno lento e muito susceptíveis a mudança.



**Figura 4:** Dificuldade apontada pelos jovens para continuar no campo.  
**Fonte:** Os autores, 2019.

Muitas vezes os jovens não conseguem conversar com seus pais sobre as atividades que são desenvolvidas na propriedade, ou mesmo de algo novo que queiram colocar para implementar a renda, às vezes as mudanças que acontecem são simplesmente para facilitar o trabalho. Dos jovens deste Programa, 5 acreditam que tenham uma exposição de opiniões “média” com os pais, enquanto que 3 acreditam que seja “pouco”, assim como para as respostas “às vezes” e também “muito”.

Nos estudos de Sales (2006), o trabalho apontou que 65% dos jovens conseguem ter um diálogo com a família já os outros 35% apresentavam uma relação de obediência. Além disso, Silva et al., (2001) em seu trabalho mostrou que 71% dos jovens participavam das tomadas de decisões da propriedade juntamente com os pais, mostrando a importância desta liberdade que pais dão aos filhos para a continuidade da propriedade.

Em muitos casos os jovens saem da propriedade para buscar autonomia financeira, este estudo nos revelou que 4 jovens pedem dinheiro aos pais quando precisam, 3 trabalham fora da propriedade, outros 3 recebem uma percentagem da propriedade, 1 deles recebe um valor fixo mensalmente, 3 ainda apresentam uma atividade só sua na propriedade e 1 deles ainda colocou que não existe uma divisão, todos trabalham e cada um cumpre com as suas obrigações.

Boff (2014), afirma que a privação de liberdade ou ainda de autonomia dos jovens não contribui para a sustentabilidade no meio rural, por não atender às suas

necessidades fundamentais. O que muitas vezes é um dos principais fatores para a saída dos jovens do campo como mostra os resultados de Spanevello e Drebes (2011), onde as propriedades que os jovens estavam continuando eram aquelas onde os pais sediam parte da autonomia de trabalho aos filhos e ainda incentivaram o uso de novas tecnologias.

Quando a forma de pagar as despesas os jovens apenas 6,7% se sentem desconfortáveis e também pouco confortáveis, enquanto que indiferente, confortável e muito confortável apresentaram 26,7% cada para este questionamento. Pode-se observar com essas duas questões de que os jovens tentam de onde retirar seu dinheiro se sentem melhor consigo mesmos e ainda é uma forma de incentivá-los a permanecerem na agricultura.

Os jovens foram questionados quanto a fazerem uma avaliação do programa no qual estão participando e 86,7% deles acham o curso muito bom e os outros 13,3% acham o curso bom. Questionados ainda sobre os conteúdos que foram passados, se estes ajudaram ou não na decisão de continuar ou sair da propriedade, obtivemos as respostas que para 93,3% auxiliou muito na tomada de decisão. Esses resultados mostram que quando se trabalha os jovens, mostra que eles podem fazer a diferença na propriedade eles apresentam um maior interesse em permanecer e dar continuidade no que o pai tem para lhe deixar de herança.

Já quando os jovens foram questionados sobre a sucessão rural e quais fatores mais os influenciam a permanecer ou a sair da propriedade, as justificativas foram elencadas no Quadro 1.

**Quadro 1:** Fatores para permanência ou saída dos jovens do campo.

<b>Fatores para permanência</b>	<b>Fatores para saída</b>
Ser dono do próprio negócio	Baixo preço dos produtos
Renda	Falta de valorização
Qualidade de vida	Limitações financeiras
Segurança	Influências Climáticas
Trabalhar com o que gosta	
Diversificação	

**Fonte:** Os autores, 2019.



Estes resultados da saída do campo corroboram com o que Kestring (2018) encontrou estudando os alunos dos 3º anos do ensino médio do mesmo município, sendo no trabalho de Kestring foram relatados mais fatores que influência no campo como mão de obra, pequena área de cultivo, fazer faculdade, distância da cidade, entre outras.

Para os jovens permanecerem ou saírem da propriedade não é questão de derrota, fracasso ou vergonha, mas uma escolha de vida que busca uma qualidade de vida, bem como valores e costumes, sendo importante para eles que estando no meio rural possam usufruir das mesmas tecnologias e comodidades que teriam vivendo na cidade, querem o que é melhor dos dois mundos (CARNEIRO e COSTA, 2007).

A ausência de políticas públicas que voltem para a agricultura familiar, acesso a terra e aos direitos sociais, a falta de renda garantida, mecanização rural, fuga de desastres naturais (principalmente enchentes e secas), qualidade de ensino, falta de infraestrutura, saúde e transportes são fatores que influenciam a tomada de decisão dos jovens quanto a sucessão (GERVAZIO et al., 2014).

Foquesatto et al., (2016) estudou a região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, onde obteve resultados de que 62% dos jovens preferem morar no meio rural por razões de segurança, rotina menos exaustiva, custo de vida, mas também apresentou o lado negativo, onde evidenciou-se a falta de políticas públicas, não reconhecimento dos pais, renda não satisfatória, ausência de escolas e universidades próximas e alguns outros fatores

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os jovens que estão participando do Programa Juventude Cooperativista Liderança oferecido pela Cresol Costa Oeste, que se realiza no município de São Miguel do Iguaçu - PR, demonstraram interesse em continuar no campo e suceder as atividades na propriedade dos pais, sendo considerado um olhar positivo para o futuro neste meio.

Para se manter nas atividades do meio rural, na maioria das vezes é necessário buscar diversificação da mesma, bem como a pluriatividade, ou seja, buscar um desenvolvimento rural e para que isso aconteça juntamente com a

permanência do jovem no campo, é necessário estimular o jovem a colocar em prática o que aprende fora da propriedade, dar autonomia ao mesmo, para que se sinta motivado e livre a continuar no campo buscando ter uma melhor qualidade de vida e mantendo a unidade familiar, fato este pode ser comprovado neste estudo como resultados que o trabalho do Programa Juventude Cooperativista vem demonstrando.

De acordo com a percepção da gestora do Programa, o mesmo tem se mostrado efetivo, sendo que aproximadamente 70% dos jovens participantes já estavam colocando em prática os aprendizados do curso.

Sendo a agricultura familiar, a principal responsável pela produção de alimentos básicos para a alimentação de todo o país, confirma-se que é de suma importância haver sucessão rural das propriedades para que as atividades possam continuar sendo executadas com o passar dos anos, sobretudo seguindo os preceitos das sustentabilidade.

É necessário que surjam novos programas como este e que os resultados dos mesmos possam incentivar a formulação de políticas públicas voltadas para este meio.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura Familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília**, v. 15, n. 1 (jan/abr), p. 137-157, 1998.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1992

ABRAMOVAY, R. et al. Sucessão profissional e transferência hereditária na agricultura familiar. In: ponencia apresentada al X **Congreso Mundial de Sociología Rural**, Río de Janeiro. 2000.

BIFF, C. et al. (In) Existência do planejamento de sucessão em empresas familiares rurais do município de Chapecó/SC/(In) Existence of succession planning in rural family enterprises in the municipality of Chapecó/SC. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 4, p. 1295-1318, 2018.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. **Ministério das Relações Exteriores**. Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS). 2018. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/ptBR/politica->

externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-dedesenvolvimento-sustentavel-ods>. Acesso em: 24 ago. 2019.

BRASIL. **Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário**. Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006. 1ed. Brasília: SEAD, 2009.

BRASIL. **Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário**. Secretaria da Agricultura Familiar. Manual do Agente Emissor de DAP. Versão 1.0. Brasília: SEAD, 2014.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205, 2000.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. 1999.**

CARDOSO, Univaldo Coelho. Cooperativa. / Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lúcia Nogueira Carneiro, Édna Rabêlo Quirino Rodrigues. – Brasília : **Sebrae**, 2014

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. **Juventude rural em perspectiva**. Mauad Editora Ltda, 2007.

CARVALHO, N. L. et al. Desenvolvimento sustentável X desenvolvimento econômico. **Revista Monografias Ambientais**, v. 14, n. 3, p. 109-117, 2015.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: **NOSSO FUTURO COMUM**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

DA SILVA, D. F.; DE CARVALHO, S. A.; ADOLFO, L. G. S. Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 10, n. 1, p. 1-24, 2015.

DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. O Impacto do Pronaf sobre a Sustentabilidade da Agricultura Familiar, Geração de Emprego e Renda no Estado do Ceará. **RESR**, Piracicaba, SP, v. 49, nº 01, p. 129-156, 2011.

DE PAULA, M. M.; KAMIMURA, P.Q.; SILVA, J. L. G. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, n. 1, p. 33-43, 2014.

FOGUESATTO, C. R.; ARTUZO, F. D.; LAGO, A.; MACHADO, J. A. D. Fatores Relevantes para a Tomada de Decisão dos Jovens no Processo de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.37, n.130, p.15-28, jan./jun. 2016

FRANÇA, C. G. de; DEL GROSSI, M. E.; AZEVEDO MARQUES, V. P. M. de. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

GERVAZIO, W.; BATISTA, E.; CAVALCANTE, L. dos S. O Êxodo Da Juventude Camponesa: Campo Ou Cidade? **Cadernos de Agroecologia**, Vol. 9, No. 4, nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatística da Produção Agrícola**. Brasília: IBGE. 2017.

KESTRING, K. **Juventude rural: a visão dos jovens de São Miguel do Iguazu - PR sobre a permanência no campo**. 2018. 45 p. TCC (Graduação em Agronomia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993

LIMA, G. da C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & sociedade**, v. 6, n. 2, p. 99 - 119, 2003.

MARIN, J. O. B.; FROEHLICH, J. M.. **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**. UFSM Editora, 2019.

ONU. 17 objetivos para transformar nosso mundo. 2018. ONU: **Organização das Nações Unidas**, Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

SACHS, I. **Brasil rural: da redescoberta à invenção**. Estudos Avançados. 15 (43), 2001.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, p. 96, 2009

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SALES, C. M. V.; GÊNERO E JUVENTUDE RURAL: permanência de traços da herança cultural camponesa e a produção de novos valores na construção do presente. **Anais do VII Seminário Fazendo Gênero**, 2006.

SCHNEIDER, Mauri José. **A participação da agricultura familiar na defesa do direito à alimentação escolar saudável no município de Missal Paraná**. 2014. 102 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo. v. 18, n. 51, (fev), p. 99-122, 2003.

SCHNEIDER, S. **A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe**. Redes. Santa Cruz do Sul. v. 21. n. 3 (set/dez) p. 11-33, 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2010.

SILVA, J. M.; HESPANHOL, R.A. de M.. AS estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO). **Geo UERJ**, n. 29, p. 402-430, 2016.

SILVA, P. C. S.; SILVA, N. L. S.; FEIDEN, A.; ZONIN, W. J. Comportamento da juventude estudantil rural do Oeste Paranaense em relação às atividades desenvolvidas pela agricultura familiar. **Revista Cultivando o Saber**, Cascavel, v.4, n.2, p.173-187, 2011.

SILVESTRE, R. P. Turismo Rural na Agricultura Familiar - TRAF: oportunidades e desafios em relação às especificidades do setor de serviços. **Anais: I Seminário Internacional de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável e IV Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento**. Marechal Cândido Rondon - PR, 2017.

SOBRINHO, C. A. **Desenvolvimento sustentável: uma análise a partir do Relatório Brundtland**. Marília, 198p. Dissertação (Mestrado) - Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2008.

SPANEVELLO, R. M. et al. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, v. 45, n. 2, p. 291-304, 2011.

SPANEVELLO, R. M.. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008.

SPANEVELLO, R. M.; DREBES, L. M.; LAGO, A. A influência das ações cooperativistas sobre a reprodução social da agricultura familiar e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**. Ipea: Code, 2011.

VEIGA, J. E. da; **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**, 2010.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20. Caxambu. **Anais**. Caxambu: ANPOCS, 18p, 1996.